

DESEMPREGO, EXCLUSÃO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

*Farid Eid*¹
*Ana Rita Gallo*²
*Andréa Eloisa Bueno Pimentel*³

RESUMO

As recentes transformações no mercado de trabalho, notadamente a partir dos anos de 1990, aceleraram o desenvolvimento da investigação científica sobre o problema crescente do desemprego e das diferentes formas de exclusão para milhões de trabalhadores no País. Por sua vez, uma economia alternativa concreta está em processo de gestação, desde meados dos anos de 1980, para trabalhadores do campo e da cidade. Esse processo ocorre a partir da estruturação de empreendimentos econômicos solidários, destacando-se as cooperativas populares autogeridas, de forma a colocar novos desafios, dentre esses, a necessidade da formação continuada no plano técnico, administrativo e político, como elementos fundamentais para buscar o equilíbrio entre o social e o econômico. O artigo apresenta uma análise sobre as transformações recentes no mercado de trabalho e sobre os principais desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.

Palavras-chave: desemprego, exclusão, economia solidária.

ABSTRACT

Mostly since the 90's, the recent changes in the work market have accelerated the development of scientific investigation about the growing problem of unemployment and the different ways of exclusion for millions of workers in Brazil. On the other hand, since the middle of the 80's, a concrete alternate economy is in progress for rural and urban workers. This process begins from the structure of solidary economy enterprises, with a stress on self-managed popular cooperatives, to set new challenges, among them we find the need of an ongoing technical, administrative and political education, which are vital elements to achieve a balance between social and economical level. The article has an analysis of the recent changes in the work market and of the main challenges to the development of a Solidary Economy in Brazil.

Key words: unemployment, exclusion, solidary economy.

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Coordenador da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar. farid@power.ufscar.br
2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSCar. Professora da Escola Superior de Tecnologia e Ensino de Rio Claro. argallo@bol.com.br
3. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSCar. Professora das Faculdades Integradas de Botucatu. paep@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

A sociedade atual debate-se com um torvelinho de transformações em velocidade jamais vista, impondo rupturas com o passado recente. Diante dessa nova realidade, depara-se com novas questões ou velhas conhecidas, transfiguradas por uma nova roupagem, havendo a necessidade de elaboração de novos paradigmas. Discute-se o nome mais apropriado para expressar essa nova realidade. Alguns preferem a denominação de 'aldeia global', outros, internacionalização do capital, mas o mais difundido é o termo globalização.

Esse processo, embora historicamente não seja recente, sofreu forte impulso a partir da Segunda Guerra Mundial e, em particular, depois de meados da década de 70. Nesse período, verificou-se um aumento da concentração e centralização do capital, com a formação de oligopólios internacionais em importantes setores, o que gerou a internacionalização da produção em cadeias produtivas. A magnitude das empresas capitalistas formadas nesse processo confere-lhes enormes poderes, em que suas decisões e interesses ultrapassam as fronteiras nacionais, afetando a economia de todos os países.

Outro aspecto da internacionalização do capital foi a formação de um sistema financeiro internacional não submetido ao controle de nenhum governo e que transaciona centenas de bilhões de dólares todos os dias pelos continentes. Tais processos, que atuam concomitantemente, estão gerando uma economia global, na qual os Estados Unidos possuem funções e soberanias redefinidas. A internacionalização da produção e dos mercados financeiros e a liberação do comércio diminuem sobremaneira a capacidade dos Estados controlarem, mediante políticas macroeconômicas, as economias nacionais (Singer, 1999a).

Paralelamente, desencadeou-se uma revolução técnico-científica, baseada na informação, na automação e na microeletrônica dos processos produtivos, liberando grande massa de trabalhadores, principalmente cujo trabalho era rotineiro e repetitivo, passando a ser executado pela inteligência artificial dos robôs, que de uma certa forma produzem mais barato e com melhor qualidade. A organização da produção taylorista/fordista já não é a única e mistura-se a outros processos como o neofordismo, o neotaylorismo e o pós-fordismo.

Nesse contexto, novos processos de trabalho surgem, nos quais o ‘cronômetro’ e a produção em série e de massa são substituídos, gradativamente, pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho dos quais os denominados Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), a gestão participativa, a busca da ‘qualidade total’, são expressões muito utilizadas. Esse processo aparece com maior intensidade nos grandes centros urbanos do Brasil e em menor quantidade em outras regiões. Tais mudanças têm impacto direto nos direitos do trabalho que passaram a ser desregulamentados, precarizados, flexibilizados, de maneira que dotam o capital do instrumento necessário para adequar-se à nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

Observa-se atualmente, no universo do mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional, mas, por outro, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços. Verificou-se também uma significativa heterogeneização do trabalho – expressão usada pela crescente incorporação do trabalho feminino no mundo operário –, na qual se vivencia uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. O resultado mais brutal dessas transformações é a expansão, sem precedentes, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global.

A crescente falta de bons empregos, com qualidade das condições e relações de trabalho, em que se ofereça relativa estabilidade, perspectivas de carreira, seguro-desemprego, seguro contra acidentes, enfermidades e velhice, origina a natureza crescentemente precária dos empregos disponíveis e a dificuldade que os jovens passam a ter para ingressar no mercado de trabalho. Esse processo é sentido em praticamente todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos (Singer, 1999a). Observa-se, no Brasil, um acentuado crescimento do desemprego a partir do início da década de 90, na qual se conjugam recessão econômica com intenso processo de reestruturação produtivo-organizacional nas empresas aqui instaladas perante a crescente internacionalização da economia.

De acordo com Dupas:

“As recentes transformações socioeconômicas ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema, redirecionaram o foco das discussões sobre problemas sociais. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora ela tornou-se a dificuldade de encontrar formas de inserção social, quaisquer sejam elas (...). Se anteriormente centravam-se em críticas ao trabalho fabril nos moldes fordistas – alienante, repetitivo, não-criativo – mostram-se hoje perplexas com a nova natureza do problema; qual seja, encontrar formas de incorporar os indivíduos a esse trabalho” (Dupas, 1998, p. 121).

Esse processo gerou uma massa de pessoas excluídas social e economicamente. Para Rogers, citado por Dupas, a abordagem da exclusão social é em sua essência multidimensional, incluindo não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania, ou seja, relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. Pode-se estar excluído do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo), do trabalho regular – *part-time* e precário, do acesso a moradias decentes e a serviços – inclusive público. A exclusão pode vir de dentro do mercado de trabalho, com empregos ruins e instáveis gerando renda insuficiente para garantir padrão de vida mínimo, como a falta de acesso à terra, à segurança e aos direitos humanos.

Dentro desse contexto, as soluções propostas para o desemprego no Brasil limitam-se em geral a oferecer ao desempregado treinamento profissional e alguns financiamentos, se ele se dispuser a começar um negócio por conta própria. No entanto, a qualificação dos trabalhadores não é solução para o desemprego. O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos. Se todos os trabalhadores desempregados incrementassem seu nível de qualificação, o único resultado seria uma concorrência mais intensa entre eles, com provável queda dos salários pagos.

A transformação de desempregados em microempresários ou operadores autônomos está em sintonia com a atual tendência descentralizadora, mas não dá aos entrantes em mercados, em geral já muito competitivos, uma chance razoável de sucesso. Falta aos novos competidores experiência profissional, conhecimentos de como operar um negócio independente, reconhecimento da clientela potencial,

entre outros fatores. Por essas razões, apenas uma minoria dos que tentam esse caminho obtém êxito (Singer, 1999a, 1999b).

Por outro lado, a questão do cooperativismo como alternativa à empresa capitalista não é recente. Surgiu no início do século XIX, mas não se desenvolveu com grande força dentro da sociedade de então. Muitas fecharam, muitas perderam suas características ideológicas e filosóficas, principalmente de autogestão, democracia interna e autonomia, tornando-se semelhantes às empresas capitalistas nas quais a subordinação das relações de trabalho é uma característica marcante e a cultura é fortemente enraizada na relação de subalternidade. Assim, descaracterizou-se o sentido pleno da organização cooperativista, passando a prevalecer o domínio de pessoas ou determinados grupos no interior das cooperativas.

Atualmente, a partir dos anos 80, surgem novas cooperativas com uma nova conotação, dentro do conceito de Empreendimento Econômico Solidário – EES (Gaiger et al., 1999; Gaiger, 1999) e da Economia Solidária (Singer, 1999a, 1999b).

Em diversas regiões do país, algumas com maior intensidade, vem se desenvolvendo, principalmente nos últimos quinze anos, experiências de geração de trabalho e renda, de forma solidária e associativa. Iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando a ação de entidades de classe e de políticas públicas no campo popular, orientadas para uma economia alternativa concreta que está em processo de gestação (Eid e Pimentel, 1999a, 1999b, 2000b).

Gaiger et al., ao analisarem a viabilidade e as perspectivas da Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, mostraram que, se antes as experiências de geração de trabalho e renda eram consideradas pelos pesquisadores como circunstanciais e efêmeras, de difícil registro, a partir da década de 90, aumenta ano a ano, o interesse por investigações científicas sobre iniciativas solidárias, algumas com mais de dez anos de atividade contínua. Isso não quer dizer que dissoluções não ocorram, mas o que se observa de novo é a busca pela sobrevivência e mesmo o crescimento de algumas, procurando garantir, simultaneamente, o equilíbrio entre o econômico e o social. É nesse sentido que uma nova interpretação sobre experiências solidárias e programas de apoio considera que, para sobreviverem e crescerem, tenderiam a evoluir para ações propositivas, destacando-se o desenvolvimento de novas formas de organização da produção e do trabalho, com reflexos diretos no campo das políticas públicas e da organização da sociedade.

Os EES são definidos por Gaiger et al. (1999) como sendo organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Entende-se Economia Solidária (ES), o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, 'clubes de trocas', 'bancos do povo' e diversas organizações populares urbanas e rurais (Singer, 1999). Esse autor analisa que tais empreendimentos desenvolvem principalmente atividades econômicas como: plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços, confecções, alimentação, artesanatos, entre outras. Para viabilizar a expansão da ES, uma série de desafios são enfrentados, desde a criação de novas políticas e instituições públicas e populares voltadas à representação e apoio, à incubação de EES, ao acompanhamento permanente das demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado, gestão e outras.

Nos EES o trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade. Conforme Razeto, citado por Gaiger et al., "a valorização do trabalho próprio define a racionalidade destas pequenas empresas de trabalhadores." (Gaiger et al., 1999, p. 36). É nesse sentido que se pode identificar o vínculo entre acumulação e cooperação. A acumulação está subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores, aos objetivos da cooperação. Talvez por isso pode-se compreender por que, apesar de levarem em consideração problemas enfrentados, praticamente todos os trabalhadores entrevistados na pesquisa de Gaiger et al. não cogitam voltar a trabalhar para um patrão ou a ficar sozinhos com um negócio próprio. Apesar de identificarem dificuldades e incertezas, apontam vantagens em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de co-proprietário e gestor do negócio, com poder de decisão em benefício dos próprios trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; viver o trabalho como algo digno e não como atividade penosa.

A hipótese desses autores de que a força dos empreendimentos solidários reside no fato de combinarem, de forma original, o espírito empresarial⁴ com o espírito solidário⁵ fica demonstrada. Em síntese, a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem nos EES onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

Portanto, para discutir concretamente formas alternativas a fim de, pelo menos, reduzir o problema do desemprego, é necessário que políticas públicas ofereçam à massa dos trabalhadores socialmente excluídos uma oportunidade real de (re)inserção na economia por sua própria iniciativa. Dentro desse contexto, o processo de construção de uma Economia Solidária através da autogestão tem-se mostrado como uma alternativa para garantir postos de trabalho e contribuir na construção da cidadania.

Assim, o objetivo do artigo consiste em apresentar uma análise sobre as transformações recentes no mercado de trabalho e sobre os principais desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A questão do mercado de trabalho atual pode ser entendida através do processo de industrialização brasileiro, que por sua vez possui três vertentes (Motoyama, 1994). A primeira, cujo principal representante é Roberto Simonsen, considera a industrialização brasileira como resultado das dificuldades advindas do setor externo da economia, tais como as guerras, crises internacionais, problemas de exportação, entre outros. Assim, considera que a dificuldade de importação estimulou uma política de geração de produção nacional, como forma de substituir a importação dos produtos.

A segunda vertente, descrita por W. Dean, parte do pressuposto que a industrialização brasileira foi resultado direto da expansão do setor exportador brasileiro, em

⁴ O espírito empresarial se desenvolve com aplicação de ferramentas, tais como gerenciamento, planejamento, capacitação, eficiência e viabilidade econômica.

⁵ Por espírito solidário entende-se o desenvolvimento prático de valores, tais como, cooperação, autogestão, democracia e propriedade comum.

que o Estado de São Paulo exerceu importante papel. Para Dean, o dinheiro do setor cafeeiro, que estava em crise nos anos 30 em decorrência da Grande Depressão, passou a ser o grande financiador da indústria paulista.

A terceira, tem Maria da Conceição Tavares como uma das representantes mais importante, coloca que o crescimento industrial foi resultado da acumulação de capital no setor agrícola exportador, que começou a adquirir características capitalistas no final do século XIX. Dentro desse contexto, o desenvolvimento industrial brasileiro limitou-se às empresas produtoras de bens de consumo. Esse processo durou até 1950, quando foi necessário importar maquinário e insumos básicos à indústria produtora de bens de capital. Para melhor entendimento, essas três vertentes são consideradas em conjunto, pois se complementam e explicam melhor a realidade histórica do país (Motoyama, 1994).

Enquanto para Mattoso (1999), se o Brasil, principalmente após 1945, transformou-se numa economia urbana e industrial, com elevada geração de empregos formais, isso se deu através de intenso êxodo rural. Tal fenômeno continuou evidente até 1980, embora possuindo diferenças de intensidade conforme a região geográfica e as perspectivas econômicas do local, gerando maior ou menor atração. A partir dos anos 80, com as crises econômicas, houve alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Pela primeira vez surgiu o desemprego urbano. Foi a partir desse momento que se iniciaram as precarizações no mercado de trabalho. Contudo, ainda foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, caracterizando o desemprego e a precarização como partes dos ciclos econômicos.

Todo esse processo iniciou-se com a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, quando o mercado de trabalho sofreu modificações, tornando-se mais complexo, dinâmico e instável. Com a adoção de novas tecnologias e mudanças organizacionais, em cada época específica, surgiram formas de desemprego, porém o mercado se recuperava em poucos anos estabilizando as economias. Essa característica permaneceu até os anos 70, quando ocorreu uma grave crise no sistema capitalista, acabando por modificar as grandes estruturas produtivas mundiais. Foi a partir desse momento que a denominada internacionalização do capital passou a ter considerável impacto. A adoção do progresso técnico se intensifica, ao mesmo tempo em que o processo de modernização conservadora⁶ vinha alternar drasticamente as medidas reguladoras da economia em geral e do mercado de trabalho em especial.

6. O termo modernização conservadora foi inicialmente empregado por Barrington More para descrever o modelo autoritário de desenvolvimento tardio do capitalismo no século XIX e empregado por muitos economistas brasileiros.

O mercado de trabalho, embora seja um tema extremamente discutido tanto nos meios acadêmicos, quanto na mídia impressa ou falada, não possui uma definição clara. A maior parte dos autores preocupa-se em analisar os indicadores econômicos que compõem o mercado de trabalho, mas não se preocupa com sua definição. Porém, há um consenso de que o mercado de trabalho é formado por segmentos ocupacionais organizados (ou formais) e não-organizados (informais), além de estar dividido em três grandes setores – primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (prestação de serviços). A diferença básica entre o mercado formal e informal é que, enquanto o primeiro possui postos de trabalho mais homogêneos, com empregos legalizados e assalariados, o segundo é formado por ocupações heterogêneas, muitas vezes precárias, sem registro legal (Pochmann, 1999).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) usou pela primeira vez em 1969, o termo mercado de trabalho informal (ou economia informal) para caracterizar as atividades geradoras de uma renda baixa e que aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres no meio urbano ou ainda que estivessem em situação de subemprego. Nesse período, os governantes consideravam que se tratava de uma situação passageira, e à medida que a economia voltasse a crescer, esse setor se reduziria ou desapareceria. Mas a história mostrou que essa suposição não se concretizou e a economia informal permaneceu, negligenciada pelo governo, dentro da economia nacional, e atualmente é o setor que oferece mais oportunidades aos trabalhadores pouco qualificados que não conseguiram emprego e/ou foram excluídos do mercado formal de trabalho.

Se até então o Estado era o grande protetor das relações de trabalho, de caráter intervencionista, criando leis que protegiam os trabalhadores de possíveis perdas em relação ao capital, a partir dos anos 70, gradativamente, torna-se incapaz de orientar o crescimento econômico. Ao final da década de 80, o Estado encontra-se enfraquecido não apenas financeiramente, mas também política e institucionalmente. A partir de 1990, dá início à política neoliberal de desestruturação da economia nacional. Esse enfraquecimento possui várias origens, entre outras, o pagamento de serviços da dívida externa, o aumento dos movimentos sociais e a corrupção institucional.

A dinâmica do mercado de trabalho sempre foi reflexo tanto da economia do país, como do grau de desenvolvimento industrial. Assim, em período de recessão econômica observa-se um aumento do desemprego. Quando a economia volta a

apresentar crescimento econômico, esse desemprego tende a diminuir ou quase a desaparecer (considerando a teoria neoclássica). Esse tipo de desemprego é denominado conjuntural. O que verificamos, na atualidade econômica, é o aumento do desemprego estrutural, que consiste na eliminação de postos de trabalho. Decididamente, a economia formal nunca conseguiu e não consegue hoje absorver milhões de trabalhadores excluídos, seja na indústria e nos serviços principalmente pela automação microeletrônica, seja na agricultura notadamente pela mecanização.

A acentuada concorrência internacional, a débil capacidade de decisão dos Estados e a intensa desregulamentação do capitalismo neste fim de século XX têm levado a economia mundial em direção a uma crescente desorganização e grandes mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais.

Do ponto de vista organizacional, verifica-se o crescente aumento da desverticalização da produção, com ênfase nas atividades competitivas e lançamentos de novos e diversificados produtos, terceirização da produção, mudanças na organização da produção (surgimento do toyotismo, *just in time*, modelo sueco, italiano, etc.), redução dos níveis hierárquicos, necessidade de trabalhadores mais qualificados e mudanças no sistema de relações de trabalho, tais como incentivos monetários de acordo com a meta de produção, negociação descentralizada para o núcleo estável dos empregados, etc. O impacto dessas mudanças no mundo do trabalho são as seguintes: redução do emprego direto e aumento da subcontratação de trabalhadores, perda do poder dos sindicatos e, conseqüentemente, perda do poder de negociar melhores remunerações (Pochmann, 1999).

As necessidades de redução dos custos empresariais; a aceleração da mobilidade e da flexibilidade do trabalho entre os setores, regiões, empresa e postos de trabalho; a eliminação da rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas, são discursos defendidos pelo governo e empresários, como necessidade de “ganhar vantagem competitiva” diante dos outros países.

A ênfase adotada pelo governo brasileiro incentiva a diminuição dos encargos sociais através da flexibilização e/ou desregulamentação dos contratos de trabalho. Porém, de acordo com Santos (1996), alguns ditos encargos na realidade são ganhos do trabalhador, decorrentes de importantes conquistas e direitos trabalhistas. Assim, itens, tais como 13º salário, 1/3 de férias, férias, FGTS, embora sejam despesas que incidem sobre a folha de pagamento, não devem ser considerados como encargos sociais. Este autor considera encargos sociais itens como: contribui-

ção para previdência social, entidades patronais e financiamento de outras atividades de caráter social. Ao considerar todos esses itens como encargos sociais, gera-se uma superestimação de seu peso sobre os pagamentos e tem servido como argumento para defender a necessidade de redução desses “encargos” e de flexibilização do custo do trabalho.

Nos anos 90, intensifica-se o caráter já tradicional do conservadorismo e patrimonialismo do capital privado nacional exacerbado por sua proteção às custas da deterioração do Estado. Se isto, por um lado, asseguraria maior vitalidade, por outro, terminaria por ampliar sua incapacidade em geral de absorver as inovações e o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que favoreceria a cristalização de sua também tradicional postura antinegocial no que se refere tanto à organização quanto à contratação coletiva. O setor formal é reduzido rapidamente através do processo de expulsão dos trabalhadores cuja cultura sempre foi a de assalariamento e subordinação. A partir dos anos 90, consolidou-se o setor informal na medida em que este passou a prestar serviços para o setor formal. Para Dedecca:

“Essa precariedade do mercado de trabalho não aparece devido a problema nas relações de trabalho ou à introdução de novas tecnologias, mas às imposições da política econômica que induz um processo de racionalização da base produtiva e nas funções do setor público” (Dedecca, 1998, p.9).

Diante da queda do nível absoluto do emprego estruturado, as atividades informais têm constituído o principal espaço ocupacional de absorção dos trabalhadores expulsos das atividades formais e dos novos entrantes na população economicamente ativa. Proliferam-se as ocupações de baixa renda no trabalho autônomo, no trabalho assalariado sem registro em carteira ou no trabalho doméstico. Surge um novo trabalhador, um trabalhador que não é qualificado, não consegue se inserir de forma competitiva nesse novo mercado, e assim, além de perder seus antigos direitos legais, torna-se marginalizado, desempregado, e tem de se submeter a trabalhos precários e não-padronizados (Mattoso, 1996).

Dentro desse novo contexto, entre 1990 e 1995, a participação das ocupações fora de estabelecimentos registrados da indústria e do setor terciário na ocupação não-agrícola teve um salto de 39,9% para 44,8%. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 1997, em torno de 13 milhões de trabalhadores estavam na economia informal, correspondendo a 60,8% do total de empregados no mercado formal. Dos trabalhadores ocupados, 67%

trabalhavam por conta própria, 12% eram empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% trabalhadores não remunerados. A pesquisa do IBGE também constatou que havia, no período, em torno de 10 milhões de empresas na economia informal, sendo a maioria (86%) de trabalhadores por conta própria, ou seja, cuja empresa não é juridicamente constituída; e apenas 14% formada por pequenos empregadores (Todeschini e Magalhães, 1999).

Essas modificações no mercado de trabalho também geraram perdas no nível de renda dos trabalhadores, tanto no segmento formal quanto informal. O rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado em abril de 1990 era de R\$ 917,00; em abril de 1995, o valor caiu para R\$ 861,00; e para R\$ 816,00 em abril de 1999. Os trabalhadores com carteira assinada tiveram uma redução de R\$ 978,00 (1990), para R\$ 937,00 e R\$ 903,00 (1999). Os assalariados que não possuem carteira assinada tiveram um aumento da renda (R\$ 387, R\$ 536, R\$ 565, respectivamente), mas não o suficiente para ser comparado com o trabalhador que se manteve na formalidade, com seus direitos sociais garantidos por lei (PED, 2000).

De fato, as altas taxas de desemprego e de ocupações informais fazem com que o Brasil apresente um quadro de pobreza e exclusão social extremamente preocupante. Um dos principais fatores é a grande diferença de distribuição e concentração de renda derivada do seu desenvolvimento histórico. Outro fator associado ao seu modelo de desenvolvimento é o padrão de geração de emprego e renda existente, como um dos principais determinantes da pobreza no país (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996). Assim, a estrutura agrária concentrada em grandes propriedades, o atraso produtivo e o tipo de geração de emprego e renda urbana determinaram esse quadro de exclusão social.

O entendimento de outras formas de exclusão é relevante para a compreensão de todo o processo de empobrecimento de parcela crescente da população brasileira. A partir disso realizado, pode-se propor e concretizar formas alternativas de inserção social dessa população excluída. Esse problema é de uma dimensão crescentemente complexa perpassando desde a esfera econômica, social e política e seus desdobramentos – questões religiosas, simbólicas, das minorias étnicas, formas de intolerância com o outro – até a esfera profissional, espacial, entre outras.

Muitos conceitos fazem parte da compreensão do termo exclusão e, às vezes, confundem-se entre si. Entre eles, encontram-se as seguintes denominações: margi-

nalidade, pobreza, *underclass*, intolerância, segregação, entre outros. Todos os termos apresentados têm suas definições e peculiaridades que não cabem ser apresentadas aqui e serão incluídas em pesquisas futuras. Assim, utilizar-se-á o termo exclusão com o cuidado de saber que outros conceitos confundem-se ou ajudam a explicá-lo. Para tanto, uma definição de exclusão pode ser encontrada em Escorel, 1999, citada por Xiberras.

“Os excluídos não são rejeitados apenas fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza), são excluídos também das riquezas espirituais: seus valores não são reconhecidos e são ausentes ou excluídos do universo simbólico. Quando surgem, esses valores figuram como invertidos, atributos negativos que os situam na categoria dos estigmatizados, a categoria negativa.” (Xiberras, 1993, p. 59.)

Percebe-se, nesta definição, que há diferentes formas de exclusão. Todas relacionam-se entre si, por exemplo, a partir da saída do mercado formal de trabalho e o não-retorno, as pessoas adquirem sentimentos de perda da identidade, de formas de participação, de não-reconhecimento de seus direitos. Além disso, tais pessoas são excluídas geograficamente, pois moram em periferias e/ou favelas, cujo local é repleto de deficiências básicas. Socialmente sofrem preconceitos raciais, étnicos, religiosos, culturais e educacionais (Silvério, 1997). Com todas essas carências, o retorno ao mercado de trabalho formal é extremamente difícil e forma, cada vez mais, um contingente de pessoas que necessitam de auxílio do Estado, de órgãos não-governamentais, sindicatos, entre outros, para poderem sobreviver. Como a empresa tradicional não oferece condições para o trabalho de toda a população excluída, cresce ano a ano o contingente de indigentes, sem qualquer perspectiva de melhoria de vida.

Este artigo preocupa-se mais com a dimensão econômica ligada ao termo exclusão. Dessa forma, teoricamente duas concepções são apresentadas aqui – dentre as várias existentes – na tentativa de explicar o termo: a concepção liberal e a concepção marxista. Ambas possuem argumentos, embora divergentes, na defesa da inclusão social e na maneira de inserir as pessoas excluídas do mercado.

Do ponto de vista liberal, ou da economia neoclássica, o principal fundamento está baseado no pressuposto de que a sociedade é composta por indivíduos com objetivos comuns, que buscam a maximização de sua utilidade ou bem-estar. O mercado apresenta-se como concorrencial e excludente. Todas as relações sociais são

entre os indivíduos que pertencem a diferentes grupos porque escolheram cálculos particulares de custo/benefício. Essa tal concepção, a liberdade é considerada como o mais apreciado de todos os valores. Os defensores dessa corrente de pensamento se posicionam contrários ao *Estado do Bem-Estar Social* por envolver políticas redistributivas mediante tributação progressiva e despesas sociais. Concebem essa visão como uma violação da liberdade individual e negam qualquer legitimidade na demanda por igualdade nos resultados do processo competitivo. Dessa forma, o interesse individual prevalece sob os interesses do coletivo.

Na visão liberal, a distribuição de renda ou da propriedade desestimula a acumulação de capital com ênfase para a geração de novos postos de trabalho. A única despesa social que ainda apóia é a educação pública como melhor meio de redução da exclusão social. As soluções liberais para o desemprego passam pelo treinamento profissional e algum financiamento para iniciar um negócio por conta própria (Pochmann, 1999).

A visão marxista, por sua vez, considera que as novas formas de exclusão social estão surgindo após a Terceira Revolução Industrial, originárias de características aqui já expostas, tais como: reestruturação produtiva, mudanças organizacionais, terceirização, flexibilização dos direitos trabalhistas, redução dos gastos sociais pelo Estado, entre outras. Com o aumento do desemprego e da precarização do trabalho e da vida, os argumentos liberais não resolvem, nem em parte, o contexto gerado.

Segundo Lautier (1994) o aumento da pobreza urbana e do subemprego massificado encontraram na economia informal uma solução, imprevista e não ótima, ao problema do subdesenvolvimento. Por outro lado, há inúmeras causas da heterogeneidade da formação da economia informal que vão desde a crise econômica até as várias formas de exclusão sociais existentes, como, por exemplo, o preconceito racial e as atividades ilícitas. Inúmeros são os termos usados para classificar a economia como informal: economia não oficial, economia não declarada, economia alternativa, economia autônoma, economia marginal, contra-economia, economia ilegal, economia clandestina, economia oculta, dual, entre outros. Tanto atividades lícitas quanto ilícitas encontram-se enquadradas como informais, sendo a primeira caracterizada deste modo por não pagar impostos, seguros sociais dos trabalhadores, não ter regulamentado as condições de trabalho, higiene e segurança e por não ter registro na administração fiscal; a segunda, que compreende as atividades

criminais, de contrabando, tráfico ou a máfia, são classificadas como informais devido aos seus princípios ilegais.

A evolução do processo de exclusão social em Pochmann (1999) está ligada ao desenvolvimento histórico do capitalismo, que pode ser dividido em três fases. A primeira, no período pré-capitalista, em que a destruição das formas de produção existentes anteriormente às empresas capitalistas gerou exclusão, implicando a formação de um mercado de trabalho necessário à acumulação de capital. A segunda, situada na segunda metade do século XIX, na qual a exclusão foi resultado da crise e do processo de concentração e centralização de capitais em poucos países. Por outro lado, com a constituição dos Estados Nacionais e o desenvolvimento de normas de regulação das relações de trabalho, formou-se uma base institucional que se sustentou no século XX, possibilitando a reincorporação dos trabalhadores excluídos ao universo produtivo, no qual o nível de emprego cresceu até os anos 70.

Esse autor coloca que a terceira e atual crise tem origem no movimento de reorganização produtiva com maior concentração do capital, aumento da terceirização, incorporação de novas tecnologias e métodos organizacionais, destruindo as perspectivas de recomposição do nível de emprego. A atual crise tem também origem no grau de industrialização e na difusão de padrões de consumo. Isso gerou a heterogeneidade nas relações de trabalho e a perda do “*standard employment relationship*”, acompanhadas pelo crescimento dos empregos precários. Confirmando esse processo, Mattoso considera que nos últimos anos da década de 90, o desempenho produtivo *não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho*. A geração de emprego sofreu as consequências do processo de retração das atividades produtivas. *O desemprego disparou, compondo taxas que não têm paralelo na história do país* (Mattoso, 1999, p. 13).

Porém, atualmente, o aumento da escolaridade (uma das soluções liberais para a exclusão), por si só, não se traduz necessariamente em melhoria da estrutura ocupacional que está em processo de deterioração. O que se verifica, com a eliminação de postos de trabalho, é uma ligeira melhoria do perfil de escolaridade das pessoas que permaneceram no mercado de trabalho formal. Isso, na realidade, trata de manter no mercado formal os trabalhadores ditos mais qualificados.

Uma alternativa para reduzir o problema do desemprego é oferecer à massa dos trabalhadores excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua

própria iniciativa. Dentro desse contexto, a Economia Solidária tem se mostrado uma importante alternativa para garantir postos de trabalho e contribuir para a construção da cidadania.

3. À PROCURA POR NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Para Singer (1999), encontrar um caminho que concilie as potencialidades de liberação de um mercado competitivo com os controles institucionais na busca da redução sistemática da desigualdade e das exclusões sociais parece ser o maior desafio nesse início de milênio.

Nesse contexto, a Economia Solidária pode ser uma alternativa possível ao processo de exclusão social, econômico, político e educacional, inclusive no combate à precarização das relações de trabalho, das condições de trabalho e de vida. Trata-se de uma alternativa recente e que deve estar adequada à realidade do mercado de trabalho e às características do trabalhador brasileiro.

Portanto, a autogestão pode se tornar um modelo alternativo de administração, em que, por princípio, as decisões e o controle do empreendimento coletivo são exercidos pelos próprios trabalhadores. A forma organizativa do trabalho nos empreendimentos de autogestão pode ser o cooperativismo ou o associativismo.

Coube aos socialistas utópicos enunciar os elementos constitutivos básicos da denominada autogestão. Eles entendiam as cooperativas como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social. O grande teórico dessa linha foi o inglês Robert Owen (1771-1858). Tal corrente de interpretação seguiu dois rumos. O primeiro, representado pelo francês Charles Gide (1847-1932) que interpretava a possibilidade da substituição do sistema capitalista por uma “república cooperativista”. Gide propunha que todos os setores da economia deveriam ser organizados num sistema cooperativista. Nesse mercado, a soberania seria do consumidor e as relações de mercado, mediadas pelas cooperativas, beneficiariam a todos. A segunda linha, cujos nomes mais representativos são Robert Owen, o francês Charles Fourier (1772-1837) e o alemão Ferdinand Lasalle (1825-1864), via nas cooperativas um instrumento de luta para a superação do capitalismo em busca de um sistema socialista (Singer, 1998).

Na atualidade, os empreendimentos autogestionários inseridos no sistema capitalista se apresentam, gradativamente, como uma alternativa organizacional ao problema do desemprego. Para os trabalhadores de hoje, trata-se de buscar alternativas imediatas para conquistar, pelo menos, uma forma de sobrevivência decente.

A principal diferença entre empreendimentos autogeridos e empresas capitalistas reside em que, nos primeiros, a preservação dos postos de trabalho é prioridade em relação à busca do excedente econômico crescente como objetivo único. Entende-se que se a maximização do excedente não é o motor do empreendimento, este deve servir à sobrevivência e ao desenvolvimento do empreendimento coletivo dos que nela trabalham. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente, abrindo mão de rendimentos mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. De fato, enquanto na empresa capitalista geralmente os empregados competem entre si por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia; no empreendimento autogerido, a tomada de decisão, em princípio, é feita com o conjunto de todos os trabalhadores, a confiança e a ajuda são vitais (Singer, 1999a, 1999b).

O primeiro passo para o sucesso de uma experiência autogestionária é distinguir entre o engajamento efetivo do coletivo e um envolvimento formal e aparente. O caminho a ser percorrido é tentar desarmar as relações humanas em um patamar mais saudável, moralmente mais maduro e politicamente mais consciente. Da mesma forma que não existe autogestão sem um engajamento efetivo, apenas a vontade sincera do grupo não garante nada. É preciso estar atualizado com relação às questões de produção, administrativa e comerciais, buscando implementar qualquer idéia nova que porventura pareça útil para tornar o empreendimento mais eficiente e apto a sobreviver no mercado.

Por isso, é de importância fundamental que as cooperativas populares recebam, desde o início, o necessário apoio do poder público, dos sindicatos de trabalhadores, das universidades, das ONGs, da Igreja progressista, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Esse incentivo viria por conferir às cooperativas o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados, sem o qual a Economia Solidária não terá o vigor necessário para se desenvolver.

Algumas experiências mostram que é possível organizar economias locais com razoável complexidade, a partir da cooperação de grande número de pequenas em-

presas, como exemplificam os *distritos industriais* prósperos da Itália, Espanha, Alemanha, etc. Esses distritos agem cooperativamente suplantando as deficiências das empresas isoladas. O lucro é repartido entre os empresários que também comercializam entre si, gerando um círculo virtuoso ou relações intercooperativas. Nas palavras de Singer:

“Eles (os distritos industriais) têm a capacidade de crescimento e a virtude de não adotarem a lógica capitalista, que equaciona eficiência e competitividade com lucro e confere poder supremo de decisão à respeito da existência ou não da empresa nas mãos dos possuidores de capital” (Singer, 1999a, p. 121)

Quanto à mortalidade das cooperativas comparativamente às microempresas, dados da Junta Comercial do Rio de Janeiro, nos anos 1996-98, mostram que enquanto 47% das microempresas fecham as portas antes de completar o segundo ano de vida, nas cooperativas a taxa registrada ficou em cerca de 3% (Saleck, 1999).

3.1 - Autogestão no Brasil

No Brasil, o movimento de empreendimentos de autogestão começou a figurar mais intensamente a partir dos anos 90, com a crise do desemprego. Surgiu quando alguns técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Calçadistas de Franca, iniciaram, em 1991, um trabalho na implantação de um projeto de autogestão na empresa de Calçados Makerly, que havia encerrado suas atividades produtivas, eliminando 482 empregos diretos. No início, procuraram adaptar algumas experiências internacionais, principalmente o modelo norte-americano “Employee Stock Ownership Plans- ESOPs”, idealizado por um procurador de São Francisco, em 1956. A partir das experiências de Franca, surgiram vários outros exemplos: Coopervest, Hidrophoenix, Frunorte, Coopertex, Coopermambrini, Coopertratt, etc.

Com a finalidade de promover e coordenar a realização dos projetos e procurar representatividade própria, foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), em fevereiro de 1994, a partir do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. Em 1999, a Anteag cuja sede funciona na cidade de São Paulo, gerenciava 56 projetos distribuídos pelo país, gerando cerca de 70 mil empregos diretos e indiretos (Anteag,

1999). No início de 2001 contava com cerca de 90 empresas filiadas, em sua maioria, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Essa entidade desenvolve uma série de atividades voltadas ao desenvolvimento e consolidação dos projetos autogestionários, dentre eles destacam-se: cursos de aprendizagem em administração de empresas; convênios com Secretarias Estaduais do Trabalho para a qualificação dos trabalhadores nas empresas de autogestão; elaboração de projetos específicos para a capacitação de quadros técnicos; elaboração de material didático-informativo; abertura de contatos internacionais; estudo de viabilidade socioeconômica para as empresas. As empresas da Anteag despontam como organizações predominantemente urbanas e manufatureiras, o que coloca um divisor de águas não negligenciável. Trata-se de empresas constituídas por trabalhadores fabris nas quais é remarcável um componente operário (Vieitez, 1997).

Outra entidade criada para representar as empresas autogeridas é a Ação Trabalho Capital (ATC), criada em 1998, cujo objetivo é assessorar e dar suporte à formação de cooperativas autogestionárias no país. A ATC ajudou a formação, até 1999, de nove cooperativas originárias de empresas falidas.

Quanto ao cooperativismo de reforma agrária, a partir do momento em que os trabalhadores sem terra foram organizando-se, nos últimos dez anos a cooperação agrícola e o associativismo vêm tornando-se importantes ferramentas de desenvolvimento dos assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A partir de 1984, hoje com 16 anos de atividades, o MST encontra-se organizado em 23 Estados, em 600 assentamentos com cerca de 150 mil famílias. Nesse período, pode-se destacar as atividades de 5 setores, todos com atividades articuladas: Produção, Educação, Comunicação, Direitos Humanos e Relações Internacionais.

Segundo análise do administrador do Setor de Planejamento e Projetos do MST (Pasquetti, 1999, p.5), o Setor de Produção criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) a partir da geração de 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2.300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), 2 cooperativas regionais de comercialização, 2 cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar. O SCA vem proporcionando trabalho, renda, emprego e arrecadação de impostos, de forma direta e indireta, em cerca de centenas de municípios brasileiros.

O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de 1 mil escolas públicas de assentamentos, com 75 mil crianças e 2.800 professores das redes municipal e estadual. Quanto ao Setor de Comunicação, coordena as atividades do Jornal Sem Terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da Internet e via *e-mail* para diversas organizações e grupos de apoio em níveis nacional e internacional. E o Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional de advogados que trabalham de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária. O Setor de Relações Internacionais, coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns, como a Via Camponesa que agrega 80 organizações camponesas dos 5 continentes.

De acordo com documentos da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que reúne atualmente cerca de 80 cooperativas vinculadas ao MST:

“A prática vem nos mostrando que as CPAs permitem as melhores condições para o avanço da consciência política, para a liberação dos militantes, para a disponibilidade de recursos para a luta. Por isso, as CPAs continuam sendo uma forma estratégica que devem ser perseguidas por todos com tenacidade.” (Concrab, 1998, p. 51).

Desse modo, os empreendimentos econômicos solidários (EES) podem explicar um novo e complexo tecido social, no qual os setores populares desenvolvem suas atividades produtivas, cujo objetivo não é, prioritariamente, a acumulação de capital, mas a sobrevivência de quem neles trabalha (Gaiger, 1999a, 1999b). Outro aspecto que marca esse tipo de empreendimento é a multiplicidade de identidades, em que a idéia prevaiente é a da cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, coletividades, coordenação, entre outros, como valores que caracterizam uma ação comunitária e solidária (Tiriba, 1999).

Empresas capitalistas que faliram e foram entregues aos trabalhadores, atualmente em regime de autogestão, também enfrentam diversos desafios e contradições, na medida em que visam à supressão da estrutura hierárquica de cargos (em geral política, ou seja, na assembléia, cada sócio tem um voto, mas, em muitos casos, também econômica, nivelando os rendimentos), do parcelamento das tarefas, da desigualdade dos vencimentos por tempo de trabalho e da separação entre concepção e execução.

No nível mais amplo da organização social, essas empresas buscam a descentralização das decisões, a participação direta dos agentes sociais implicados. Busca priorizar sempre os membros, possibilitando-lhes crescimento intelectual, moral e financeiro, num ambiente de confiança recíproca em que as pessoas não tenham medo de se expor ao participar da construção discursiva da vontade coletiva (Ortellado, 1999). A autogestão nessas empresas entregues aos ex-empregados, em geral, apresenta graves carências como: defasagem tecnológica, equipamento desgastado, dívidas com financiamentos, falta de competitividade geralmente em relação a produtos importados. A autogestão por si só não irá resolver todos os problemas. É preciso dotá-la de grande criatividade e eficiência para que o empreendimento consiga superar os óbices que ameaçam sua existência, o que não é fácil dada a inexperiência gerencial dos trabalhadores (Singer, 1999a).

De fato, algumas questões relevantes referem-se à adaptação do trabalhador à autogestão, ou seja, adequação à cultura e história específicas do grupo; o envolvimento total com o trabalho, tanto no sentido técnico da execução de uma tarefa, como na gestão da organização (políticas financeiras, comerciais e administrativas); e crítica, na superação de uma formação autoritária e burocrática inculcada pelo meio social em sentido amplo (familiar, escolar, profissional, político, etc.).

Outra importante questão diz respeito à necessidade de saber administrar. A autogestão é um processo longo e complexo que articula a sobrevivência no mercado com o aperfeiçoamento organizacional e pessoal de forma continuada. Depende de um aprendizado permanente sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento, assim como do desenvolvimento de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões (Vieitez, 1997).

É nesse sentido que uma incubadora universitária de cooperativas populares pode constituir-se em um *locus* onde se desenvolvem pesquisas teóricas e empíricas sobre o cooperativismo, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção e, pelos princípios do cooperativismo popular, pode vir a redefinir, em uma certa dimensão, a organização de parte dos trabalhadores excluídos, cuja efetivação, calcada no cooperativismo, demonstra ser possível viver e produzir dentro do sistema capitalista.

Uma incubadora pode ter o papel fundamental, durante o período de incubação, de prestar assessoria técnica, administrativa e política de formação continuada

aos trabalhadores que pretendem constituir uma cooperativa popular autêntica. Assim, a cooperativa nasce a partir de uma demanda dos trabalhadores e a incubadora, em trabalho conjunto com essas pessoas, busca criar e motivar os valores cooperativistas. A cooperativa permanece vinculada à incubadora, pretendendo-se que, em um determinado tempo, que varia a cada caso, adquira autonomia para atuar no mercado.

É nesse sentido que se pode entender como em meados dos anos 90 inicia-se o programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a partir da iniciativa pioneira da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente são 13 ITCPs espalhadas em diversas universidades do país sendo que, a partir de 1998, essa Rede de ITCPs está filiada à Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), a qual agrega 84 universidades de todas as regiões do país.

A partir de abril de 1999, existe um grupo de docentes de diversas áreas de conhecimento, de técnicos especialistas em cooperativismo e de estudantes da graduação e pós-graduação que atuam e desenvolvem conhecimentos de forma interdisciplinar, na Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (Incoop/UFSCar). Esse grupo foi formado a partir do final de 1998, com a articulação dos Núcleos de Extensão UFSCar-Cidadania, UFSCar-Município e UFSCar-Sindicato, com a preocupação sobre a questão da desigualdade, da exclusão social e da precarização do trabalho. Este coletivo identifica que uma das alternativas apresentadas para a solução desses problemas é o desenvolvimento e a consolidação cada vez maior de cooperativas populares (Gallo et al, 2000; Valêncio et al, 2000).

Atualmente, cerca de dez cooperativas estão em processo de criação e/ou consolidação, localizadas em diversos municípios da região de Ribeirão Preto. Alguns convênios com as prefeituras podem acelerar tal processo, como já se pode verificar nesse último ano. Para esse coletivo, o mais importante não é o aumento no número de cooperativas que estão sendo criadas, mas assessorar o processo de incubação para que garanta, na prática, os princípios do cooperativismo popular, sobretudo a livre adesão, gestão democrática, autonomia, formação continuada e a intercooperação.

Entretanto, o coletivo dessa incubadora se submete à direção política dos trabalhadores diretamente envolvidos no processo de criação e desenvolvimento de

cada cooperativa. Esse procedimento de trabalho não significa que a equipe esteja omissa, sem expressar suas preocupações sempre que considerar a existência de desvios dos verdadeiros princípios do cooperativismo popular.

Para finalizar, formulamos uma hipótese de que a organização cooperativista popular e autogestionária, vinculada à IncoopP/UFSCar, apresenta-se como uma alternativa concreta à redução da precarização das relações de trabalho, das condições de trabalho e de vida, contribuindo modestamente para geração de trabalho e renda em alguns municípios da região. No entanto, não se pode deixar de reconhecer que o ritmo, em que se encontra atualmente, de crescimento da exclusão social, decorrente da reestruturação produtivo-organizacional das empresas capitalistas, tem sido bem maior que o processo de inclusão social através da criação de pequenas cooperativas populares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez o maior desafio para a construção de uma forte Economia Solidária está no fato de estar inserida em uma sociedade contraditória, marcada historicamente por relações sociais e de produção capitalistas. No entanto, esse conjunto de relações é hegemônico e não-totalitário. A história de lutas dos trabalhadores demonstrou ser utópica essa pretensão de incorporar todas as relações sociais numa lógica de subordinação ao capital. Há e sempre houve movimentos de resistência a esse processo.

Por outro lado, a sociedade de hoje, que convive com a hegemonia da economia capitalista e com a gênese de um novo tipo de economia, é herdeira de deficiências educacionais e tem de lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Certamente, isso contribui para que autores afirmem que a busca pela competição para sobrevivência na economia capitalista leva necessariamente a reproduzir a lógica da subordinação ao capital (Bialoskorski Neto, 2000; Panzutti, 2000). Não percebem que se trata fundamentalmente de movimentos sociais de resistência à economia capitalista que é hegemônica, mas se encontra em crise.

Por isso, enfrentar os desafios de forma objetiva, amadurecendo seus conhecimentos e culturas de grupo, buscando desenvolver a coesão social através da

responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo, torna-se estratégico para o sucesso dessas iniciativas autogestionárias. Seguindo essa linha de raciocínio, a formação continuada e integrada nos planos administrativo, técnico e político assume um papel fundamental para o sucesso dessa estratégia.

Levando-se em consideração essas características, podemos concluir que o maior risco para esses empreendimentos econômicos solidários é entrar no jogo da banalização dos princípios – principalmente a adesão voluntária, a gestão democrática, a autonomia e a intercooperação – duramente construídos, buscando seu crescimento pela via da competição pela competição com as empresas capitalistas.

Abrir mão dos princípios, para garantir a concorrência e não o desenvolvimento da (inter)cooperação e do crescimento dos movimentos sociais por melhores políticas públicas, é não compreender que essas experiências populares têm também como importância mostrar ser possível o crescimento de formas democráticas de organização do trabalho e da produção.

Pode-se até mesmo sonhar que num futuro distante, dentro da utopia dos trabalhadores, essas formas democráticas venham a tornar-se hegemônicas, mesmo que na atualidade sirvam como experiências pontuais, demonstrando ser possível construir uma reserva estratégica para uma mudança estrutural da sociedade.

Perder essa oportunidade histórica que os trabalhadores têm na atualidade, talvez a maior nesses dois séculos de capitalismo, pode permitir num futuro porventura menos distante que a hegemonia do capital neutralize ou destrua novamente uma iniciativa dos próprios trabalhadores.

É nesse sentido que autores como Singer (1998, 1999a, 1999b), Gaiger (1999a, 1999b), Eid (2000a), Icaza (2000), Dalchiavon (2000), entre outros, entendem o cooperativismo popular como sendo parte integrante da Economia Solidária, como um movimento social em fase de crescimento organizativo e articulado, mas sem deixar de lado seu caráter de resistência à economia capitalista e não de subordinação ou emancipação.

BIBLIOGRAFIA

- ANTEAG. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br>>. Acesso em: 10/02/2000.
- BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S. e HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B. ; MATTOSO, J. E. L. (Orgs.) *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Trajetórias do cooperativismo: debate teórico e experiências concretas. In: II CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS – UFSCar/UNESCO. *Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo*. São Carlos, nov. 2000
- CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola* n.5 – 2^a ed. – junho 1998.
- DALCHIAVON, F. Trajetórias do Cooperativismo: debate teórico e experiências concretas. In: II CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS – UFSCar/UNESCO. *Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo*. São Carlos, nov. 2000
- DEDECCA, C. S. Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil – anos 90. XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINOAMERICANOS. Chicago, set. 1998.
- DUPAS, G. *Revista Estudos Avançados*. A lógica da economia global e exclusão social. v.12, n.34, 1998.
- EID, F. Trajetórias do Cooperativismo: debate teórico e experiências concretas. In: II CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS – UFSCar/UNESCO. *Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo*. São Carlos, nov. 2000a.
- EID, F. ; PIMENTEL, M.E.B. A dinâmica da organização da produção em cooperativas de reforma agrária. XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Foz do Iguaçu. Paraná, 1999a.

- EID, F. ; PIMENTEL, M.E.B. Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil. TALLER INTERNACIONAL DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL Y DESARROLLO SOCIOECONOMICO. Havana, Cuba, 1999b.
- _____. Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil. X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, São Paulo, Brasil, 2000b.
- ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.
- GAIGER, L. et al. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura*, 15, 1999a.
- GAIGER, L. I. Significados e tendências da Economia Solidária. In: *Sindicalismo e Economia Solidária*. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999b. p. 29-42.
- GALLO, A. R.; DAKUZADU, R. Y.; EID, F. et al. *Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho*. III ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET, Recife, PE, 2000.
- GUTIERREZ, G. L. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, C.G. (Org.). *A empresa sem patrão*. Marília: Unesp, 1997.
- ICAZA, A. M. Trajetórias do cooperativismo: debate teórico e experiências concretas. In: II CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS – UFSCar/UNESCO. *Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo*. São Carlos, nov. 2000.
- LAUTIER, B. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Paris: Éditions La Découverte, 1994.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1996.
- MOTOYAMA, S. *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.
- OCESP. Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.ocesp.org.br>>. Acesso em: 1999.
- ORTELLADO, P. (1999). Apresentação do seminário “Autogestão e Socialismo”. Disponível em: <<http://www.homestead.com/ortellado/files/singer.html>>. Acesso em: 8/4/2000.
- PANZUTTI, R.. Trajetórias do cooperativismo: debate teórico e experiências concretas. In: II CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS – UFSCar/UNESCO. *Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo*. São Carlos, nov. 2000.
- PASQUETTI, L.A. *O MST como uma empresa social*. Estudos 2, Presidente Prudente, SP: Unesp/Nera, dez. 1998. p. 33-50.
- PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. Seade/Diecse, maio 2000. *Indicadores Selecionados*.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SALECK, S. *O 'boom' das cooperativas*. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/odia/negócios>>. Acesso em: 1998.
- SANTOS, A. L. Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 221-252.
- SILVÉRIO, V. R. Tolerância e intolerância no mundo contemporâneo. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos: DCSo/UFSCar, n. 20-23, p. 24-56, 1997.
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

- SINGER, P. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil In: *CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999a. p. 51-60.
- _____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3ed. São Paulo: Contexto, 1999b.
- TIRIBA, L.V. Economía popular y crisis del trabajo asalariado: de las estrategias de supervivencia a la producción de una nueva cultura del trabajo. Tese (Doutorado) - Faculdade de Sociologia e Ciências Políticas, Universidade Complutense de Madrid, 1999. Cap. 3, p. 121-174.
- TODESCHINI, R.; MAGALHÃES, R. A CUT e a economia solidária. In: *Sindicalismo e economia solidária*. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999. p. 5-22.
- VALÊNCIO, N.F.L.S; SHIMBO, I.; EID, F. et al. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: uma experiência universitária em prol da transformação social. In: THIOLENT, M.; SOARES, R. L. S.; ARAÚJO FILHO, T. *Metodologias e experiências em projetos de extensão*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 2000.
- VIEITEZ, C.G. (Org.). *A empresa sem patrão*. Marília: Unesp, 1997.
- XIBERRAS, M. *Les théories de l'exclusion: pour une construction de l'imaginaire de la deviance*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1993.